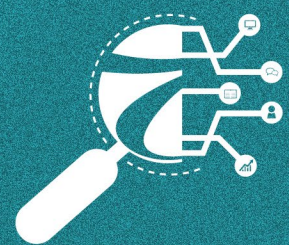


Boletim

DE GOVERNANÇA
DO TCE CEARÁ

5ª EDIÇÃO - 2º QUADRIMESTRE DE 2023



Governança
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ

Composição

Presidente

José Valdomiro Távora de Castro Júnior

Vice-Presidente

Edilberto Carlos Pontes Lima

Corregedora

Patrícia Lúcia Mendes Saboya

Ouvidor

Ernesto Saboia de Figueiredo Júnior

Conselheiros

Luís Alexandre Albuquerque Figueiredo de Paula Pessoa

Soraia Thomaz Dias Victor

Rholden Botelho de Queiroz

Conselheiros Substitutos

Itacir Todero

Paulo César de Souza

Manassés Pedrosa Cavalcante

Fernando Antonio Costa Lima Uchôa Junior

David Santos Matos

Ministério Público junto ao TCE/CE

Procuradora-Geral de Contas

Leilyanne Brandão Feitosa

Procuradores de Contas

Eduardo de Sousa Lemos

Gleydson Antônio Pinheiro Alexandre

José Aécio Vasconcelos Filho

Júlio César Rola Saraiva

Cláudia Patrícia Rodrigues Alves Cristino

Corpo Deliberativo

Secretário de Governança

José Auriço Oliveira

Secretário de Controle Externo

Carlos Alberto de Miranda Nascimento

Secretário de Sessões

Frank Martins Tavares Filho

Secretário de Serviços Processuais

Fernando Antonio Diogo de Siqueira Cruz

Secretária de Administração

Silvânia de Oliveira Chaves Brilhante

Secretária de Tecnologia da Informação

Maria Cairamir Arruda Braga

Chefe de Gabinete da Presidência

Juliana Cardoso Lima Banhos Pinheiro

Chefe da Procuradoria Jurídica

Lílian de Castro e Silva Menezes do Vale

Controlador

Felipe Jorge Ferreira Koury

Coordenadora de Comunicação Social

Kelly Cristina Caixeta de Castro

Diretor-Geral do Instituto Plácido Castelo – IPC

Luis Eduardo de Menezes Lima

Apresentação

O Tribunal de Contas do Estado do Ceará é o órgão de controle externo que possui a competência de orientar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos no âmbito municipal e estadual no Ceará, prestando auxílio ao Poder Legislativo, em benefício da sociedade.

No intuito de aprimorar o exercício de suas atribuições, adota mecanismos e processos direcionados a possibilitar as boas práticas de governança institucional, de modo a atender às demandas da sociedade com excelência.

Assim, com o objetivo de dar transparência ao conteúdo gerencial das ações realizadas nesta Corte de Contas e possibilitar o envolvimento de membros, servidores, colaboradores e sociedade na missão institucional, disponibiliza-se a 5ª edição do Boletim de Governança com os informativos referentes ao segundo quadrimestre de 2023.



Governança no TCE Ceará

A Política de Governança Institucional do Tribunal de Contas do Estado do Ceará foi instituída pela Resolução Administrativa nº 04/2019, publicada no DOE em 09 de maio de 2019. Para uma efetiva governança, os princípios devem ser compreendidos e aplicados por todos na Instituição de forma integrada, como um processo, e não apenas individualmente, de forma a reduzir a incerteza da sociedade acerca do efetivo cumprimento da missão institucional.

PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA

- Liderança
- Integridade
- Responsabilidade
- Ética, compromisso e autonomia
- Transparência e interação com a sociedade
- Accountability
- Equidade
- Efetividade, eficácia e eficiência
- Legitimidade
- Inovação
- Meritocracia e harmonia no ambiente de trabalho



Diretrizes

- I ■ Possuir clareza acerca dos propósitos da Instituição e focá-los nos resultados esperados pelos cidadãos, jurisdicionados e demais partes interessadas;
- II ■ Realizar as funções e papéis definidos;
- III ■ Tomar decisões embasadas em informações de qualidade;
- IV ■ Gerenciar riscos;

- V ■ Desenvolver a capacidade e a eficiência do corpo diretivo da Instituição;
- VI ■ Tomar ações ativas e planejadas de diálogo e prestação de contas à sociedade, bem como engajar instituições parceiras e partes interessadas;
- VII ■ Garantir que a Instituição atue com alta qualidade e agregue valor social;
- VIII ■ Cumprir os códigos de conduta ética e prezar pelos valores institucionais.



Mecanismos de Governança



LIDERANÇA
LIDERANÇA

LIDERANÇA

compreende o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes para a condução de pessoas/ equipes na direção dos resultados propostos.

ESTRATÉGIA
ESTRATÉGIA

ESTRATÉGIA

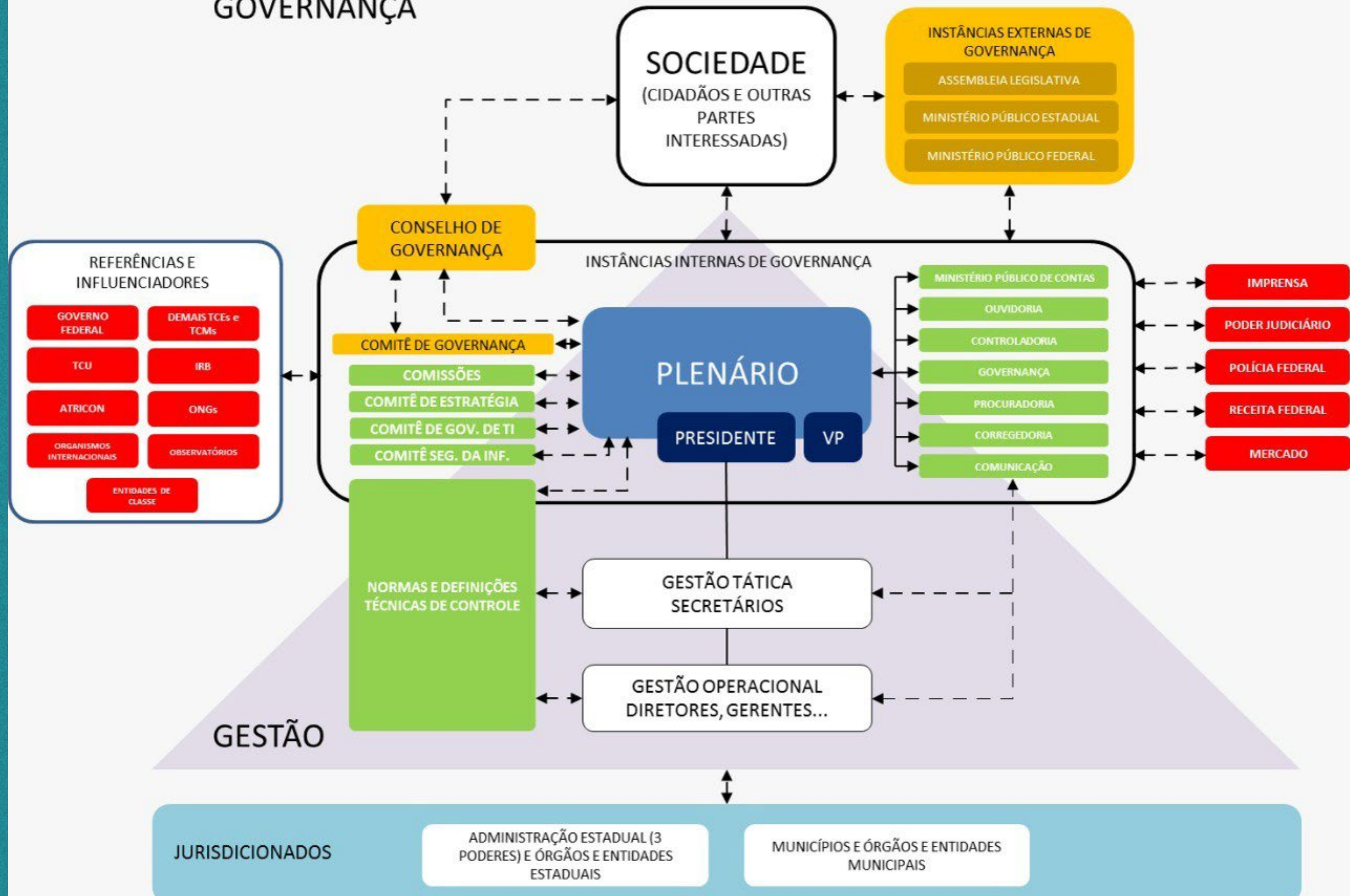
compreende o relacionamento com partes interessadas, a definição e o monitoramento de objetivos, indicadores e metas, bem como o alinhamento entre planos e operações de áreas e unidades organizacionais envolvidas na sua execução.

CONTROLE
ACCOUNTABILITY

CONTROLE
ACCOUNTABILITY

compreende aspectos, tais como: transparência, prestação de contas e responsabilização.

GOVERNANÇA



Secretaria de Governança

No âmbito do TCE Ceará, a Secretaria de Governança (SecGov) foi instituída em 2020, por meio da Resolução Administrativa nº 01/2020, em substituição à antiga Assessoria de Planejamento e Gestão, com atribuições de assessoramento especializado, coordenação da execução de ações relacionadas a governança institucional, planejamento estratégico, gestão de projetos e processos, gestão de informações, gestão do orçamento e desenvolvimento organizacional.

Você sabia que a SecGov foi responsável por coordenar as oficinas de elaboração do novo ciclo de Planejamento Estratégico do Tribunal de Contas do Ceará no período 2021 a 2026?



Áreas de atuação da SECGOV



- **GOVERNANÇA INSTITUCIONAL**, execução das ações relacionadas, apoiando na condução do Sistema de Governança do Tribunal, incluindo a interlocução com o Comitê de Governança Institucional;
 - **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**, acompanhando a execução física e financeira do portfólio de projetos estratégicos e programas institucionais;
 - **GESTÃO DE PROJETOS E PROCESSOS**, coordenando o desenvolvimento das atividades do Escritório de Projetos e Processos (EP2), prestando apoio às decisões da alta administração e assessorando tecnicamente os setores do Tribunal;
 - **GESTÃO DE RISCOS**, assessorando as atividades de gestão de riscos junto às instâncias da política instituída e prestar informações necessárias para tomadas de decisões do Comitê de Gestão de Riscos;
 - **INTEGRIDADE**, sendo a área responsável pela implementação do Sistema de Integridade, com função de gestão e aperfeiçoamento do modelo, bem como elaboração, acompanhamento, monitoramento e revisão do Plano de Integridade.
-

Áreas de atuação da SECGOV



- **GESTÃO DO ORÇAMENTO**, elaborando, acompanhando e monitorando os programas do Tribunal junto ao Plano Plurianual do Estado e participando na elaboração das propostas orçamentárias, bem como colaborando nas tomadas de decisão quanto às prioridades na aplicação dos recursos disponíveis para gestão do orçamento;
- **GESTÃO DE INFORMAÇÕES**, consolidando os relatórios originados das obrigações legais do TCE Ceará previstas no artigo 76 da Carta Magna Estadual;
- **DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL**, analisando as proposições relativas à estrutura, à competência, à organização e ao funcionamento das unidades do Tribunal para promover o desenvolvimento organizacional visando sua modernização administrativa.



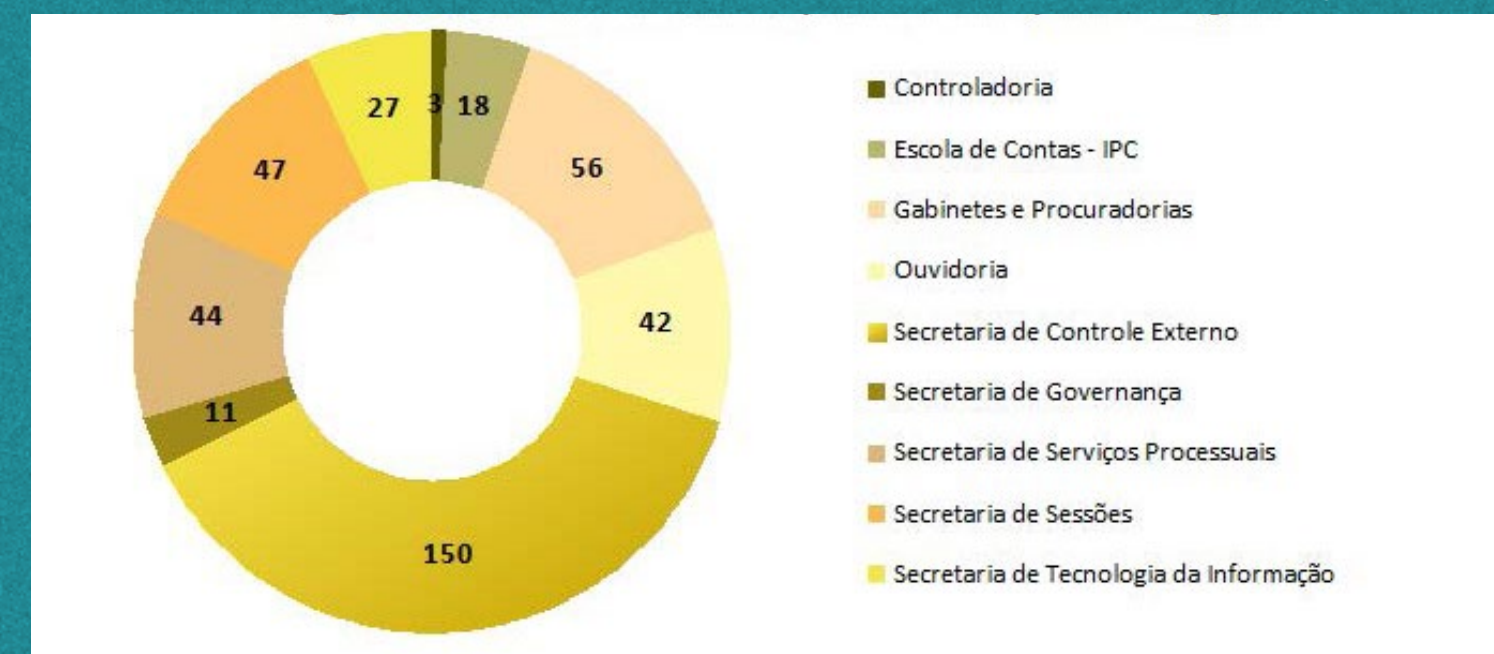
Escritório de Projetos e Processos (EP2)



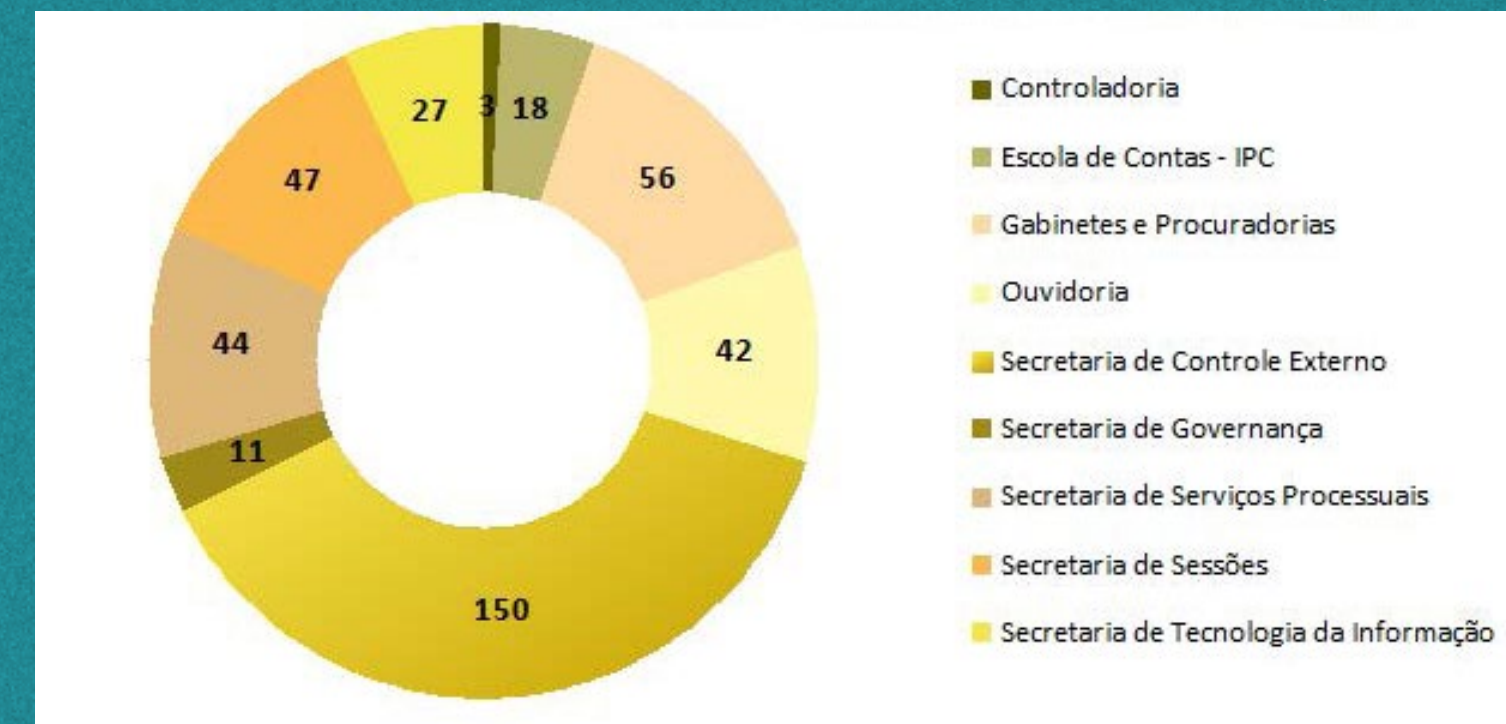
Criado por meio do Ato da Presidência nº 22/2020 de 28/01/2020, o EP2 complementa a estrutura da Secretaria de Governança, possuindo como objetivo precípua oferecer um modelo integrado de gestão de projetos e processos, de forma a garantir iniciativas alinhadas à gestão estratégica e orientadas ao valor de negócio ao Tribunal.

Até a data a que se refere o presente Boletim, encontram-se modelados 336 diagramas de processo (modelagem AS IS e TO BE) e identificadas 406 sugestões de melhoria e propostas de implementação sobre esses processos, submetidas aos gestores e à alta administração do Tribunal, a fim de promover a eficiência administrativa, com a implementação de mudanças na rotina, de projetos estratégicos, projetos de transformação de processos e propostas de alteração na estrutura organizacional.

SUGESTÕES DE MELHORIA E PROPOSTAS DE IMPLEMENTAÇÃO



SUGESTÕES DE MELHORIA E PROPOSTAS DE IMPLEMENTAÇÃO





VISÃO

Ser reconhecidamente uma instituição de excelência no controle e aprimoramento da Administração Pública.

MISSÃO

Exercer o controle externo, fiscalizando e orientando a aplicação dos recursos públicos em benefício da sociedade.

PROPÓSITO

Cuidar do que é de todos, melhorando vidas.

ÁREAS TEMÁTICAS / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

PERSPECTIVAS

RESULTADOS

PROCESSOS INTERNOS

GESTÃO E INOVAÇÃO

SOCIEDADE E JURISDICIONADOS

Coibir a má gestão dos recursos públicos.

Fortalecer a comunicação institucional perante a sociedade.

Contribuir para o aperfeiçoamento da governança e da gestão pública.

Aperfeiçoar mecanismos de transparência, orientações e ações de controle social.

CONTROLE EXTERNO

Aperfeiçoar os métodos e processos de controle externo.

Ampliar e aprimorar a sistemática de avaliação de desempenho da administração pública.

COOPERAÇÃO

Fortalecer parcerias com outros órgãos de controle e entidades da sociedade civil.

Efetivar a utilização dos dados obtidos por meio de cooperação com outras instituições.

GOVERNANÇA

Fortalecer a governança e a gestão.

EFETIVIDADE

Promover tempestividade, seletividade e qualidade nos processos.

SUSTENTABILIDADE

Fortalecer ações de sustentabilidade.

ORÇAMENTO

Assegurar e gerir os recursos financeiros necessários ao cumprimento dos objetivos institucionais de forma sustentável.

TECNOLOGIA

Promover o uso da tecnologia para a transformação digital.

Aprimorar a governança e gestão de TI.

PESSOAS

Implementar a gestão de conhecimento.

Fortalecer a comunicação, a integração e a sinergia entre as áreas.

Promover a cultura de inovação.

Desenvolver competências comportamentais, técnicas e gerenciais.

CADEIA DE VALOR

MISSÃO

EXERCER O CONTROLE EXTERNO, FISCALIZANDO E ORIENTANDO A APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS EM BENEFÍCIO DA SOCIEDADE.

VISÃO

SER RECONHECIDAMENTE UMA INSTITUIÇÃO DE EXCELÊNCIA NO CONTROLE E APRIMORAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

PROPÓSITO

CUIDAR DO QUE É DE TODOS, MELHORANDO VIDAS.

ENTRADA

CONTAS PÚBLICAS

ATOS DE GESTÃO

LEIS

DEMANDAS DE TERCEIROS

MACROPROCESSOS

GOVERNANÇA

LIDERANÇA

ESTRATÉGIA

CONTROLE

FINALÍSTICOS

FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

APRIMORAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

AUXÍLIO AO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E ESTADUAL

PROMOÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

CONTROLE COM PARTICIPAÇÃO DE TERCEIROS

APOIO

GESTÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

GESTÃO DE PESSOAS

APOIO EDUCACIONAL

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO GERAL

NORMATIZAÇÃO

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

PRODUTOS

RECURSOS PÚBLICOS FISCALIZADOS

TRANSPARÊNCIA PARA O CONTROLE SOCIAL

AGENTES / ENTIDADES RESPONSABILIZADAS

RECURSOS A DEVOLVER AOS COFRES PÚBLICOS

BOAS PRÁTICAS IMPLEMENTADAS

AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPACITAÇÕES PROMOVIDAS

CONTAS PÚBLICAS MONITORADAS

INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS

ATOS DE REGISTRO APRECIADOS E REGISTRADOS

CLIENTES

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

SOCIEDADE E CIDADÃO

JURISDICIONADOS

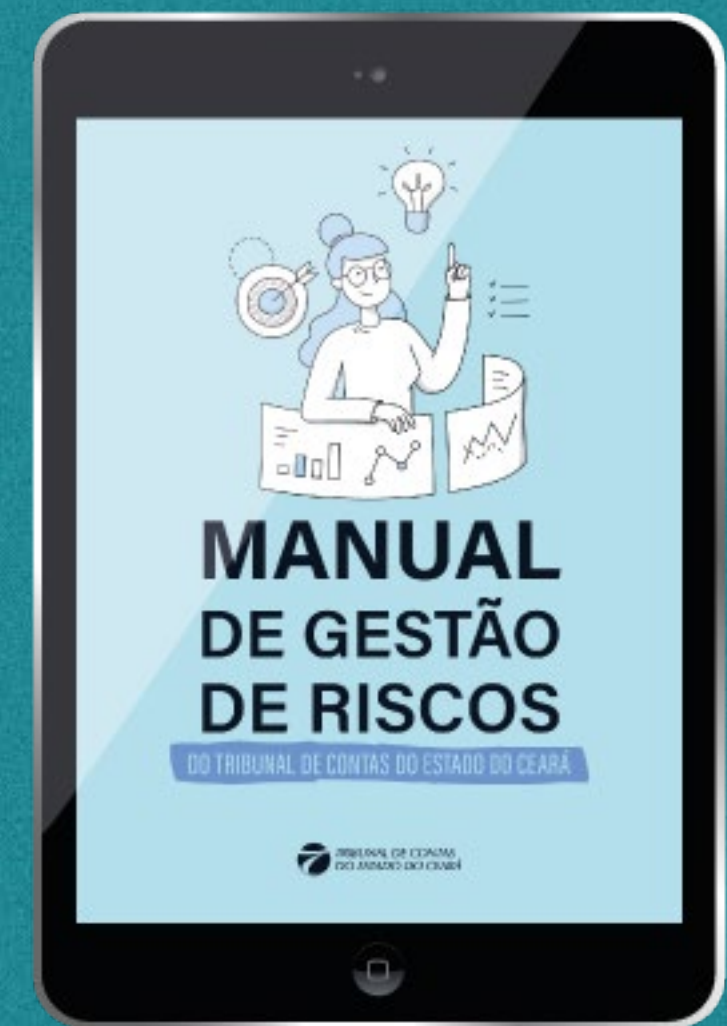
Gestão de Riscos no TCE Ceará

O Tribunal, alinhado às boas práticas de governança, instituiu sua Política de Gestão de Riscos por meio da Resolução Administrativa nº 21/2022, na qual estabeleceu princípios, diretrizes, objetivos principais, competências e responsabilidades, observando todos os níveis institucionais do órgão.

A política é parte integrante do Sistema de Gestão de Riscos do TCE Ceará que consiste no conjunto de instrumentos de governança e de gestão que suportam o planejamento, a implementação, o monitoramento e a melhoria contínua da gestão de riscos em toda a organização.

Para consolidar a implementação dessa boa prática de governança, o Tribunal disponibiliza o Manual de Gestão de Riscos aos gestores e servidores da Corte de Contas.

Além disso, foi instituído o Comitê de Gestão de Riscos para acompanhar os riscos-chave, propor alteração na política, supervisionar e orientar os gestores de riscos, dentre outras relevantes atuações para o fortalecimento do modelo.



Sistema de Integridade do TCE Ceará



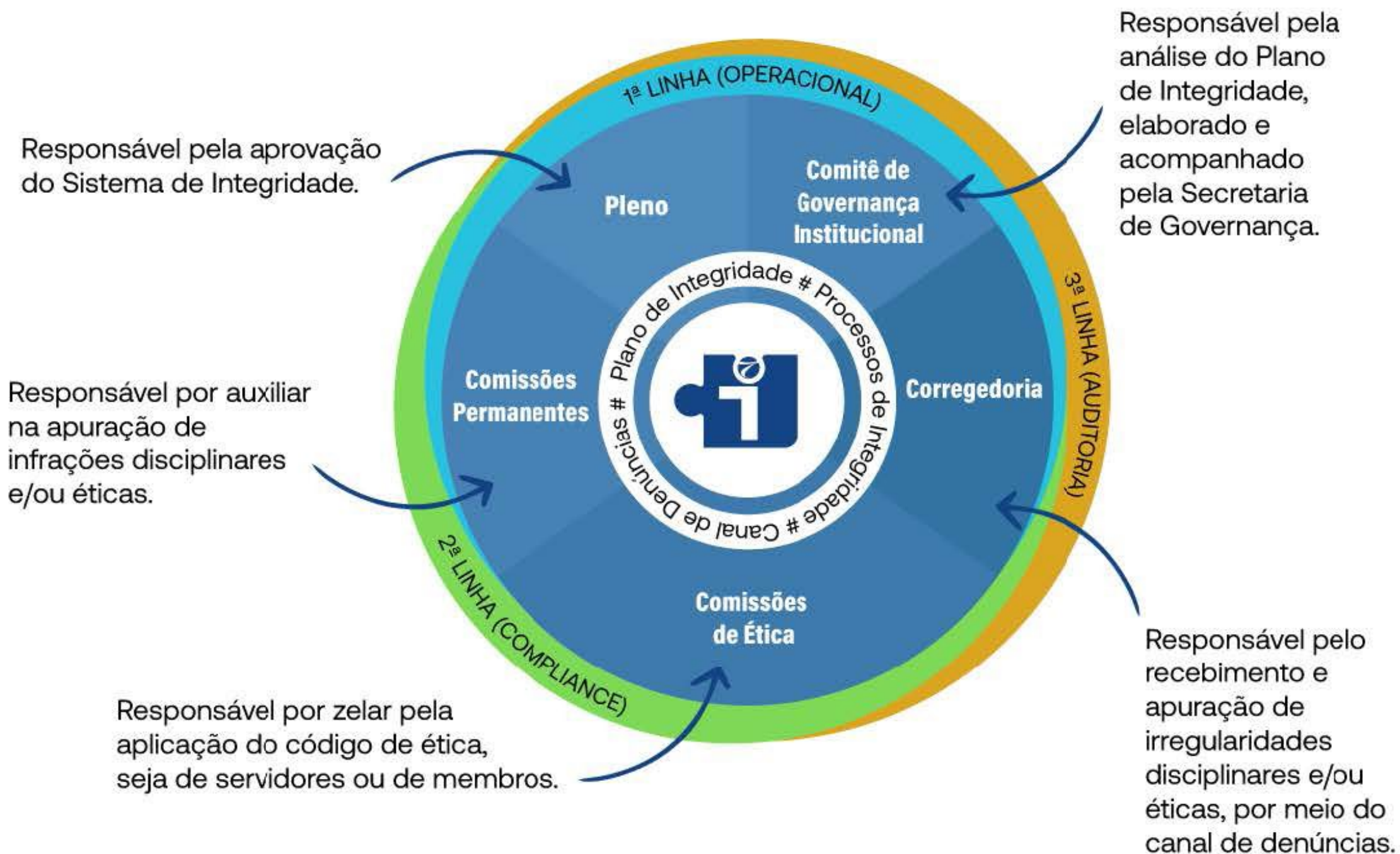
O Sistema de Integridade, instituído nesta Corte por meio da Resolução Administrativa nº 19/2023, é um conjunto de mecanismos e procedimentos que visam garantir a conduta ética e as observânciadas normas, valores e princípios éticos. Para assegurar a efetiva implementação desse sistema, torna-se imperativo adotar boas práticas de governança, que não apenas fortalecem, mas também aprimoram a integridade em todos os níveis da instituição.

Os princípios estabelecidos na norma, como conformidade, governança, ética, transparência, meritocracia, inovação e responsabilidade social, destacam o compromisso desta Corte em atuar de maneira ética e eficiente, promovendo a confiança tanto internamente quanto perante a sociedade.

As diretrizes estabelecidas incluem desde a conscientização até a criação de instâncias internas de responsabilidade. Assim, a resolução incentiva a disseminação da integridade por meio de treinamentos, comunicações periódicas e canais de denúncia seguros, fomentando um ambiente ético, estabelecendo ainda, processos de implementação que visam promover uma cultura de integridade sólida e sustentável.



SISTEMA DE INTEGRIDADE DO TCE CEARÁ



3ª LINHA (AUDITORIA)

Representada pela Controladoria, que exerce funções de auditoria interna e independente nas unidades.

2ª LINHA (COMPLIANCE)

Representada pelas unidades com atribuições voltadas a governança, gestão, riscos e conformidade que atuam nas funções de supervisão, monitoramento e suporte aos controles de integridade implementados pela primeira linha.

1ª LINHA (OPERACIONAL)

Composta pelos responsáveis pela operação dos processos e dos controles das unidades, incluindo servidores, colaboradores e gestores.

Legenda:

● Instâncias de Integridade (art. 12).

Governança e Gestão

TCE CEARÁ LANÇA NOVO PORTAL DE SERVIÇOS COM MAIS DE 60 OPÇÕES PARA OS USUÁRIOS

São mais de 60 serviços, sendo 12 novos, organizados por categoria no Portal de Serviços, que está no site institucional do TCE Ceará. A novidade foi apresentada durante Sessão do Pleno. O portal foi desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), com o apoio da Presidência, da Secretaria de Sessões, da Secretaria de Serviços Processuais, da Secretaria de Governança e da Assessoria de Comunicação Social da Corte.

TCE CEARÁ E SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL ASSINAM ACORDO PARA COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES E DADOS

O objetivo do acordo é a realização da transferência de conhecimento e compartilhamento de arquivos e dados por meio de comunicação entre o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e o Sistema Informacional do TCE Ceará. O acordo beneficia os dois órgãos partícipes, assim como os diversos usuários da informação, com a melhoria da qualidade dos dados e a redução da quantidade de envio desses dados por parte dos Entes da Federação.

TCE CEARÁ DIVULGA CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA 2023



De forma didática e acessível, o calendário de obrigações apresenta as informações divididas por tipo de poder (Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público) e esferas (Estadual e Municipal), podendo ser acessado no site do Tribunal.

MANUAL DE EMENTAS JURISPRUDENCIAIS É APROVADO PELO COLEGIADO DO TCE CEARÁ



O manual decorre do projeto estratégico “Jurisprudência Sistematizada”, cujo objetivo, dentre outros, é definir e compartilhar, tempestivamente, para o público interno e externo, as decisões do TCE Ceará, de modo a facilitar a busca de sua jurisprudência, de maneira categorizada, indexada e organizada.

INSTITUÍDO SISTEMA DE INTEGRIDADE DO TCE CEARÁ

O sistema estrutura e organiza os componentes relacionados à integridade e à ética no TCE Ceará, a fim de promover adequado alinhamento das medidas e das ações destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de irregularidades, infrações disciplinares, fraudes e quaisquer outros atos relacionados à corrupção em sentido amplo.

ESCRITÓRIO DE PROJETOS E PROCESSOS (EP2) PROMOVE MODELAGEM NA ESPÉCIE PROCESSUAL "LEVANTAMENTO"

Em alinhamento com as estratégias do TCE Ceará, o projeto englobou uma série de entregas, entre elas, a modelagem do fluxo da espécie Levantamento, as propostas de melhoria validadas, o manual de procedimentos e o diagnóstico abrangendo as respectivas atividades envolvidas no processo. Os servidores do EP2 destacaram a importância de avançar na edição de manuais, notas técnicas e capacitações, com objetivo de aprimorar as habilidades e os conhecimentos dos servidores quanto às ações relacionadas ao Levantamento.


TCE CEARÁ PARTICIPA DE AÇÃO CONJUNTA COM OS DEMAIS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL DENOMINADA "OPERAÇÃO EDUCAÇÃO"

A ação consiste em fiscalização simultânea em 1.088 (mil e oitenta e oito) escolas públicas estaduais e municipais. O projeto, "Operação Educação" busca verificar a infraestrutura, segurança e higiene das escolas, de modo a contribuir para o desenvolvimento pleno das gerações atuais e futuras. As escolas foram escolhidas a partir de indicativos de situações críticas relacionadas à infraestrutura que constam no Censo Escolar 2022.

GESTORES PÚBLICOS DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS CEARENSES PARTICIPAM DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELO TCE CEARÁ COM OBJETIVO DE DEBATER MINUTA DE INSTRUÇÃO NORMATIVA SOBRE GESTÃO FISCAL

A audiência foi realizada com objetivo de debater a minuta da Instrução Normativa que dispõe sobre a elaboração, remessa e disponibilização de dados da gestão fiscal para fiscalização desta Corte de Contas, em observância à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A norma foi posteriormente aprovada pelo pleno desta Corte no dia 09 de maio de 2023.

LANÇADO SISTEMA EOBRAS QUE PERMITE MONITORAMENTO REMOTO DE OBRAS PÚBLICAS ESTADUAIS



Desenvolvido internamente no TCE Ceará, o sistema monitora obras públicas financiadas com recursos estaduais. Utilizando bases de dados estruturadas do Governo do Estado, a ferramenta permite aos analistas acompanhar o andamento das obras, fiscalizar contratos e tomar decisões precisas.

AUTOMATIZAÇÃO DAS CERTIDÕES É APROVADA EM SESSÃO DO PLENO



A ação trata sobre informações estruturadas, custodiadas ou produzidas nos sistemas de gestão e informação do TCE Ceará, mediante solicitação formulada por pessoas físicas ou jurídicas, órgãos e entidades jurisdicionadas, diretamente no Portal de Serviços do Tribunal, sendo dispensada a abertura de processo acessório.

**MODELAGEM DAS ESPÉCIES PROCESSUAIS
"CONVÊNIO" E "TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA"
SÃO FINALIZADAS PELO ESCRITÓRIO DE PROJETOS
E PROCESSOS (EP2)**

Como resultado, foram apresentadas 18 propostas de melhorias que impactam direta ou indiretamente o diagrama de fluxo, além do manual de rotinas e de uma análise sobre o indicador de desempenho relacionado ao processo.

**SELO TCE CEARÁ SUSTENTÁVEL - EDIÇÃO 2023
É LANÇADO NA SEMANA DO MEIO AMBIENTE**

O Selo TCE Ceará Sustentável – edição 2023 reconhece os jurisdicionados e escolas de ensino médio, das redes públicas e privadas, que investem na responsabilidade socioambiental e aderem à Política de Sustentabilidade do Tribunal.

“PROJETOS DE INSTRUÇÃO NORMATIVA” E DE “RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA” SÃO APRIMORADAS PELO ESCRITÓRIO DE PROJETOS E PROCESSOS (EP2)

O trabalho visa garantir que esses processos estejam alinhados aos objetivos estratégicos do TCE do Ceará. No contexto da Cadeia de Valor do TCE Ceará, essas espécies estão integradas ao Macroprocesso de Apoio, especificamente classificado como Normatização. Esse macroprocesso reúne processos de trabalho que têm as particularidades de sistematizar, editar e disponibilizar atos normativos e deliberações do Tribunal de Contas.

LANÇADO MASCOTE FISCALINO COM DIVULGAÇÃO DA CARTILHA DE ATIVIDADES SOBRE A ATUAÇÃO DO TCE CEARÁ

A novidade está vinculada ao lançamento de uma Cartilha de Atividades, que permite o acesso a informações sobre a atuação desta Corte, de maneira clara, acessível e divertida. Na publicação, o Fiscalino dialoga com o público e disponibiliza desafios como jogos do labirinto, de colorir, caça-palavras, sete erros, palavras-cruzadas e ligue os pontos.

TCEDUC QUALIFICA MAIS DE QUATRO MIL PESSOAS EM 2023




A metodologia híbrida – presencial e a distância – foi uma das novidades para o programa neste ano. O curso tem como objetivo orientar os gestores e servidores públicos acerca de temas relevantes da Gestão Pública, bem como fornecer ao cidadão instrumentos de transparência e conhecimentos para o controle social.

PAINEL DE TRANSPARÊNCIA DA OUVIDORIA DO TCE CEARÁ AMPLIA TRANSPARÊNCIA AOS DADOS DE ATENDIMENTO



A plataforma permite consultar atendimentos em andamento, finalizados, dados de tempo médio de encerramento das manifestações e nível de satisfação dos usuários sobre o recebimento das demandas diárias do setor, aprimorando a prática do controle social e estimulando o interesse do público externo nas atividades da Ouvidoria.



PUSH PAUTA CONTRIBUI PARA O ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS INCLUÍDOS PARA JULGAMENTO NAS SESSÕES DO TCE CEARÁ

A ferramenta foi implementada para facilitar o acompanhamento dos processos incluídos para julgamento no TCE Ceará. Os interessados, responsáveis e advogados recebem um alerta, por e-mail, quando um processo em que constem como parte é publicado na pauta de julgamento. O serviço é automático e independe de solicitação. Registramos que o Push Pauta é um serviço auxiliar e não substitui o Diário Oficial Eletrônico como meio oficial de veiculação, publicação, divulgação e comunicação dos atos processuais e administrativos desta Corte.

TCE CEARÁ DISPONIBILIZA CALCULADORA DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

A ferramenta permite que os jurisdicionados realizem, de maneira ágil e descomplicada, o cálculo atualizado de multas e débitos que foram aplicados pelo TCE Ceará, eliminando a necessidade de cálculos manuais complexos e potencialmente sujeitos a erros, tornando o processo mais eficiente e confiável. A atualização é calculada de acordo com os ditames da Resolução Administrativa 07/2015.

TRÊS EM CADA 4 PARECERES PRÉVIOS DO TCE CEARÁ SÃO SEGUIDOS PELAS CÂMARAS MUNICIPAIS

O estudo realizado pelo TCE Ceará indica que o nível de aderência aos Pareceres Prévios sobre contas de Prefeitos (as) junto às Câmaras Municipais é de 75%. O estudo, da Secretaria de Sessões, levou em consideração as Contas de Governo apreciadas pela Corte de Contas durante janeiro de 2020 a maio de 2023, a partir de informações da base de dados e registros do Tribunal. O estudo teve o intuito de demonstrar a aderência do Poder Legislativo à opinião técnica do TCE Ceará.

TCE CEARÁ MODERNIZA PESQUISA DE PAUTAS E ATAS DE JULGAMENTO

O TCE Ceará modernizou a forma de pesquisar as pautas e atas das Sessões de Julgamento. A consulta é realizada por meio da ferramenta Contexto, abrangendo as pautas e as atas das Sessões já realizadas, bem como aquelas previstas para ocorrer. Foram implementados diversos filtros de pesquisa para seleção do colegiado, período etc. O acesso à ferramenta se dá pelo Portal de Serviços do Tribunal.

Normativos

Esta seção tem o propósito de destacar os atos normativos com maior relevância publicados pelo TCE Ceará, no período de maio a agosto de 2023, como meio de facilitar o acompanhamento e compreensão das ações e atividades do Tribunal.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 09/2023

Aprova o Manual para elaboração de emendas jurisprudenciais no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE Ceará).

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 10/2023

Dispõe sobre a instituição e as diretrizes de implementação, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE Ceará), da sistemática de quantificação dos benefícios das ações de controle externo.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 11/2023

Regulamenta a emissão de certidões automatizadas e semiautomatizadas de informações estruturadas no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE Ceará).

PORTARIA Nº 12/2023

Institui a Política de Inovação do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE Ceará).

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 13/2023

Institui a Política de Acessibilidade no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE Ceará).

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 14/2023



Estabelece procedimentos para produção de material didático, cadastramento, seleção, contratação e pagamento de profissionais e regulamenta a política de direitos autorais e de desempenho de ações pedagógicas de cursos e eventos diversos no âmbito do Instituto Escolar Superior de Contas e Gestão Pública Ministro Plácido Castelo (IPC), e dá outras providências.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 16/2023



Dispõe sobre a uniformização e a padronização das decisões do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE Ceará) e dá outras providências.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 17/2023



Estabelece procedimentos aplicáveis às sessões realizadas no sistema Plenário Virtual do Tribunal de Contas do Estado do Ceará e dá outras providências.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 19/2023



Institui o Sistema de Integridade no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE Ceará).

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2023



Dispõe sobre a elaboração, remessa e disponibilização de dados da gestão fiscal para fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE Ceará) e dá outras providências.

